

PROJETO DE LEI

Nº 224/2011

Lei Nº 9764

AUTÓGRAFO Nº 293/11

Nº



SECRETARIA

Autoria: DO EDIL BENEDITO DE JESUS OLERIANO

Assunto: Dispõe sobre a criação da "SEMANA DE APOIO AO MENOR APRENDIZ"

no município de Sorocaba e dá outras providências.



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 224 /2011

Nº

Dispõe sobre a criação da " SEMANA DE APOIO AO MENOR APRENDIZ" no município de Sorocaba e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:

Art. 1º Fica instituída no Município de Sorocaba na primeira semana do mês de maio, a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz.

Parágrafo único: Para atender ao disposto no caput deste artigo, fica a Prefeitura Municipal autorizada a celebrar convênios com entidades públicas e particulares objetivando desenvolver eventos de natureza informativa, cultural, recreativa, esportiva, de saúde preventiva dentre outras que se fizerem necessárias.

Art. 2º As ações a serem desenvolvidas durante a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz deverão constar do calendário oficial do Município.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber no prazo de 40 (quarenta) dias, após a sua publicação.

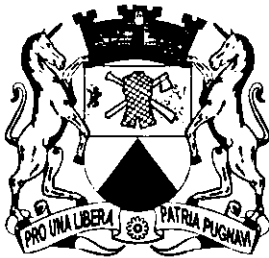
Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

S/S., 25 de Maio de 2011.

Benedito de Jesus Oleriano
Vereador





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº

JUSTIFICATIVA:

A falta de trabalho ao menor no país é um problema grave, pois sem trabalho o menor caminha de encontro as drogas, ao tráfico e ao crime.

Este projeto visa incentivar o trabalho a estes menores através da Lei do Aprendiz.

Precisamos frear esta onda de violência que envolve o menor.

Este projeto, se aprovado, seria um importante instrumento para amenizar um pouco a situação dos menores aprendizes.

Peço aos nobres colegas a aprovação do presente projeto, que irá beneficiar muito aos menores aprendizes de nossa cidade.

S/S 25 de Maio de 2011.


Benedito de Jesus Oleriano
Vereador

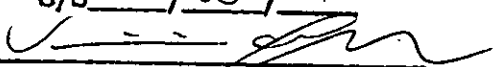


Recebido na Div. Expediente

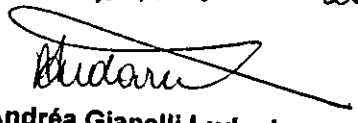
25 de MAIO de 11

A Consultoria Jurídica e Comissões

s/s 26 / 05 / 11


Div. Expediente

Recebido em 27.05.2011



Andréa Gianelli Ludovico
Chefe da Seção de Assuntos Jurídicos



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

EXMO. SR. PRESIDENTE

PL 224/2011

A autoria da presente Proposição é do Vereador Benedito de Jesus Oleriano.

Trata-se de PL que dispõe sobre a criação da Semana de Apoio ao Menor Aprendiz no Município de Sorocaba e dá outras providências.

Fica instituída na primeira semana do mês de maio, a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz. Fica a PMS autorizada a celebrar convênios com entidades públicas e particulares objetivando desenvolver eventos de natureza cultural, recreativa, esportiva, de saúde preventiva dentre outras (Art. 1º); as ações a serem desenvolvidas durante a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz deverão constar do calendário do Município (Art. 2º); o Poder Executivo regulamentará a Lei no prazo de 40 dias, após a publicação (Art. 3º); cláusula de despesa (Art. 4º); vigência da Lei (Art. 5º).



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

Este Projeto de Lei encontra respaldo em nosso Direito Positivo, com exceção do parágrafo único, do art. 1º, bem como art. 3º, neste diapasão passaremos a expor:

Este PL visa a criação da Semana de Apoio ao Menor Aprendiz, tal intuito encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, pois é dever do Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) assegurar com absoluta prioridade ao adolescente o direito à profissionalização; dispõe a CR:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização (...). (g.n.)

Este PL visa também, autorizar a Prefeitura a celebrar convênio (parágrafo único, do art. 1º), porém a celebração de convênio em conformidade com a Lei Orgânica do Município é de competência exclusiva do Chefe do poder Executivo, de tal comando legal depreende-se a obstaculização de Lei de iniciativa do Poder Legislativo para autorizar o Prefeito a celebrar convênio; diz a LOM:

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

Art. 61. Compete privativamente ao Prefeito:

XIII – celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município, na forma da lei;

Nos moldes do entendimento retro esposado, que convênios são atos típicos de administração, de competência exclusiva do Prefeito Municipal, firmou posicionamento o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em sua função jurisdicional de controle de constitucionalidade, conforme se constata no Acórdão, infra descrito, que decidiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 136.213.0/0, o julgamento se deu em 27 de junho de 2007:

Ação direta de inconstitucionalidade – Ajuizamento em face do art. 16, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz da Esperança, segundo o qual, compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente no que se refere a autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios – Inadmissibilidade – Atos típicos de administração, com juízo de oportunidade e conveniência livremente exercido pelo Prefeito Municipal – Ofensa ao princípio de separação dos poderes – Dever de fiscalizar do Poder Legislativo que não pode extrapolar os limites previstos constitucionalmente –



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo
SECRETARIA JURÍDICA

Ofensa aos artigos 5º e 144 da Constituição Estadual – Ação procedente. (g.n.)

Destacamos ainda, abaixo outros julgados, do Tribunal de Justiça de São Paulo, os quais fixam o entendimento desse Tribunal que é inconstitucional à exigência prévia do Poder Legislativo, para celebração de convênio, por se tratar de ato típico de administração, nesse sentido:

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 161.804.0/5. Dispositivo da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto que exigem autorização prévia do Poder Legislativo para celebração de convênio com entidades públicas ou particulares e constituição de consórcios municipais - Ato típico de administração- Poder Inerente à função do Chefe do Poder Executivo – Ofensa ao princípio da separação dos poderes – Procedência da ação. (g.n)

Neste diapasão, têm sido as decisões do Colendo Órgão Especial: Adin. nº 115.404-0/8, Rel. Des. Denser de Sá; Adin. nº 101.752-0/8, Rel. Des. Mohamed Amaro; Adin. nº 116.796.0/2-00, Rel. Des. Canguçu de Almeida; Adin. nº 137.463-0/7-00, Rel. Des. Walter Swensson; Adin. nº 149.484-0/5-00, Rel. Des. Armando. (g.n.)

Por fim, o art. 61, XIII, LOM, dispõe:

Art. 61. Compete privativamente ao Prefeito:



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

XIII- celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município, na forma da lei; (g.n.)

Na “forma da lei”, constante no inciso XIII, art. 61, LOM, deve ser entendido em obediência ao estabelecido na Constituição do Estado de São Paulo, o qual aplica-se aos Municípios, face ao princípio da simetria, *in verbis*:

Art. 20. Compete, exclusivamente, à Assembléia Legislativa:

XIX – autorizar ou aprovar convênios, acordos ou contratos de que resultem para o Estado encargos não previsto na lei orçamentária:

Conclui-se do texto da Constituição Paulistana que, com exceção dos convênios, que resultem encargos para o Município não previsto na lei orçamentária, o ato de firmar convênio, é eminentemente administrativo de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, não é outro o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme se constata no Acórdão infra destacado, o julgamento se deu em 04 de julho de 2007:

ADIN Nº: 129.165-0/3-00



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei 44/2005 do Município de Panorama – Proibição, ao Executivo, de celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo em relação ao ensino fundamental – Impossibilidade – Matéria de cunho eminentemente administrativo – Função legislativa da Câmara de Vereadores possui caráter genérico e abstrato – Eventual autorização legislativa seria necessária apenas para convênio que impliquem em despesas não previstas em lei orçamentária – Ofensa ao princípio da separação de poderes – Ação direta julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade do dispositivo. (g.n.)

Finalizando, cumpre ainda destacar que o artigo 3º deste PL, o qual estabelece prazo para o Poder Executivo regulamentar está eivado de vício de iniciativa, pois o ato de regulamentar a Lei é de competência exclusiva do Prefeito, conforme estabelece a LOM:

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 61. Compete privativamente ao Prefeito.

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

O artigo da LOM retro descrito é simétrico com o comando Constitucional, que disciplina a competência privativa do Presidente da República, *in verbis* :

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. (g.n.)

Frisamos que o constante na Constituição Federal, em seu art. 84, IV, é aplicável também aos Municípios face ao princípio da simetria.

Destacamos por fim que o entendimento supra exarado, encontra ressonância no Supremo Tribunal Federal, conforme se verifica no julgamento da ADI nº 3.394-8/AM, ocorrido em 02.04.2007, onde funcionou como relator o Ministro Eros Grau, cujo voto foi acatado pelo plenário, deste julgado, infra destacamos:

Observa-se ainda, que algumas vezes rebarbativamente (Art. 84, IV), determinadas leis conferem ao Executivo autorização para a expedição de regulamento tendo em vista sua fiel execução; essa autorização não será rebarbativa se, mais que autorização, impuser ao



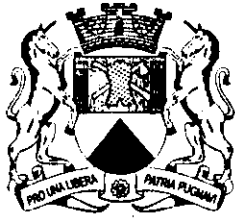
Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

executivo o dever de regulamentar. No caso, no entanto, o preceito legal marca prazo para o executivo exerça função regulamentar de sua atribuição, o que ocorre amiúde, mas não deixa de afrontar o princípio da independência e harmonia entre os poderes. A determinação de prazo para que o executivo exerça função que lhe incumbe originariamente, sem que expressiva do dever de regulamentar tenha-a por inconstitucional. Nesse sentido, veja-se a ADI nº 2.393, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 28.03.2003, e a ADI nº 546, Relator o Ministro Moreira Alves, DJ de 14.04.2000. (g.n.)

Concluindo, face a todo o exposto, opina-se pela inconstitucionalidade do parágrafo único, do art. 1º desta Proposição, por contrastar com o art. 20, XIX, Constituição do Estado de São Paulo, aplicável aos Municípios, face o princípio da simetria, pois celebração de convênios que não implique para o Município encargos não previstos em lei orçamentária, trata-se de matéria de cunho eminentemente administrativa, de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo; e mesmo havendo necessidade de autorização legislativa, a competência para deflagrar o processo legislativo é privativo do Chefe do Poder Executivo, haja vista, que a celebração de convênio, são atos típicos de administração, com juízo de oportunidade e conveniência livremente exercido pelo Prefeito Municipal, reitera-se, convênio trata-se de ato típico de administração, oriundo do Poder inerente à função do Chefe do Poder Executivo, a não observância a tais preceitos ofenderá a um dos princípios fundamentais da República Federativa do



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

Brasil, consagrado no art. 2º, CR, qual seja, o princípio da separação de poderes, neste sentido é remansosa a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em sua função jurisdicional de controle de constitucionalidade, conforme se observa nas seguintes ADINs: 136.213.0/0; 161.804.0/5; 115.404-0/8; 101.752.0/8; 116.796.0/2; 137.463.0/7; 149.484-0/5; **entende-se, ainda, inconstitucional o art. 3º deste Projeto de Lei**, por contrastar com o art. 84, IV, Constituição da República, pois o ato de regulamentar trata-se de função que incumbe de forma originária ao Chefe do Poder Executivo, esse posicionamento encontra ressonância no Supremo Tribunal Federal (ADI nº 3.394-8/AM).

Excetuando o parágrafo único, do art. 1º e art. 3º deste PL, os quais considera-se formalmente inconstitucionais; no mais nada a opor sob o aspecto jurídico.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sorocaba, 09 de junho de 2.011.

MARCOS MACIEL PEREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

De acordo:

MÁRCIA PEGORELLI ANTUNES

Secretária Jurídica


Andréa Gianelli Ludovico
Chefe da Seção de Assuntos Jurídicos



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA

SOBRE: o Projeto de Lei nº 224/2011, de autoria do Edil Benedito de Jesus Oleriano, que dispõe sobre a criação da "Semana de Apoio ao Menor Aprendiz" no Município de Sorocaba e dá outras providências.

Conforme o Art. 51 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sorocaba, indico para relator deste Projeto o Vereador José Francisco Martinez, que deverá observar o § 1º devendo emitir seu parecer conforme os §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

S/C., 15 de junho de 2011.


ANSELMO ROLIM NETO
Presidente da Comissão





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº COMISSÃO DE JUSTIÇA
RELATOR: Vereador José Francisco Martinez
PL 224/2011

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador Benedito de Jesus Oleriano, que "Dispõe sobre a criação da 'Semana de Apoio ao Menor Aprendiz' no Município de Sorocaba e dá outras providências".

De início, a proposição foi encaminhada à D. Secretaria Jurídica, para exame da matéria, quanto aos aspectos legais e constitucionais, que exarou parecer favorável ao projeto, com ressalvas (fls. 04/12).

Na seqüência de sua tramitação legislativa, vem, agora, a esta Comissão de Justiça para ser apreciada.

Procedendo à análise da propositura, constatamos que ela pretende instituir a "Semana de Apoio ao Menor Aprendiz" no calendário oficial do Município a ser comemorada na primeira semana de maio.

O PL está condizente com o nosso direito positivo. Entretanto, verifica-se que o parágrafo único do art. 1º é inconstitucional por ofensa ao Princípio da Separação entre os Poderes (art. 2º da CF), tendo em vista que a celebração de convênios é matéria de iniciativa privativa do Senhor Prefeito Municipal (art. 61, XIII da LOMS), cabendo ao Poder Legislativo exercer o controle e fiscalização externa e não prévia, sem interferir nos atos administrativos precedentes do Poder Executivo.

Outrossim, há que se observar o que dispõe o art. 3º da proposição, visto que possui caráter impositivo, ou seja, impõe ao Poder Executivo prazo para regulamentação.

Tal dispositivo é definido pela doutrina administrativa como "cláusula regulamentar", não devendo ser adotada quando dos projetos de iniciativa do legislativo, por ser considerada inconstitucional.

Nesse sentido, o Profº Jorge José da Costa, em sua obra "Técnica Legislativa - Procedimentos e Normas", diz que:

"A cláusula regulamentar fere o princípio da independência dos poderes, uma vez que o Poder Legislativo não pode obrigar o Poder Executivo a usar uma atribuição que lhe é inerente, que é o chamado poder regulamentar, dentro do prazo que lhe convém".





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº

Dessa forma, seguindo a orientação da D. Secretaria Jurídica e visando sanar as inconstitucionalidades acima apontadas, esta Comissão de Justiça, nos termos do disposto no caput do art. 41 do RIC, apresenta as seguintes emendas:

Emenda nº 01

Fica suprimido o parágrafo único do art. 1º do PL 224/2011.

Emenda nº 02

Fica suprimido o art. 3º do PL 224/2011, renumerando-se os demais.

Ante o exposto, sendo observadas as emendas apresentadas, nada a opor sob o aspecto legal do PL.

S/C., 16 de junho de 2011.


ANSELMO ROLIM NETO
Presidente


JOSÉ ANTONIO CALDINI CRESPO
Membro


JOSÉ FRANCISCO MARTINEZ
Membro-Relator





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PARCERIAS

SOBRE: o Projeto de Lei nº 224/2011, de autoria do Edil Benedito de Jesus Oleriano, que dispõe sobre a criação da "Semana de Apoio ao Menor Aprendiz" no Município de Sorocaba e dá outras providências.

Pela aprovação.

S/C., 16 de junho de 2011.


HÉLIO APARECIDO DE GODOY
Presidente


JOSÉ FRANCISCO MARTINEZ
Membro





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E JUVENTUDE

SOBRE: o Projeto de Lei nº 224/2011, de autoria do Edil Benedito de Jesus Oleriano, que dispõe sobre a criação da "Semana de Apoio ao Menor Aprendiz" no Município de Sorocaba e dá outras providências.

Pela aprovação.

S/C., 16 de junho de 2011.


NEUSA MALDONADO SILVEIRA
Presidente


IZIDIO DE BRITO CORREIA
Membro


CLAUDEMIR JOSÉ JUSTI
Membro



1ª DISCUSSÃO 50 51/2011

APROVADO REJEITADO
EM 18 / 08 / 2011

Bem como as
emendas 1 e 2



PRESIDENTE

2ª DISCUSSÃO 50 56/2011

APROVADO REJEITADO
EM 06 / 09 / 2011

Bem como as
emendas 1 e 2
comissão de
dtd. et



PRESIDENTE



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE REDAÇÃO - PL n. 224/2011

Nº

SOBRE: Dispõe sobre a criação da "SEMANA DE APOIO AO MENOR APRENDIZ" no município de Sorocaba e dá outras providências.

Esta comissão apresenta a seguinte redação:

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:


Art. 1º Fica instituída no município de Sorocaba, na primeira semana do mês de maio, a "Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz".

Art. 2º As ações a serem desenvolvidas durante a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz deverão constar do calendário oficial do Município.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

S/C., 12 de setembro de 2011.


ROZENDO DE OLIVEIRA
Presidente


LUIS SANTOS PEREIRA FILHO
Membro

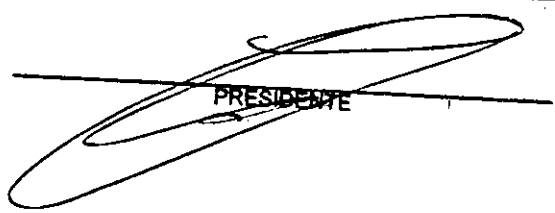

ANTONIO CARLOS SILVANO
Membro



DISCUSSÃO ÚNICA 5063/2011

APROVADO REJEITADO

EM 29/09/2011



PRESIDENTE



19

Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº 0731

Sorocaba, 30 de setembro de 2011.

Excelentíssimo Senhor,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, os Autógrafos nºs 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294 e 295/2011, aos Projetos de Lei nºs 142, 318, 378, 347, 471, 314, 222, 338, 362, 381, 402, 361, 446, 224, 245/2011 e 583/2010, respectivamente, já aprovados em definitivo por este Legislativo.

Sendo só o que nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente


MÁRIO MARTE MARINHO JÚNIOR
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
DOUTOR VITOR LIPPI
Digníssimo Prefeito Municipal
SOROCABA





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

20

Nº

AUTÓGRAFO Nº 293/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

LEI Nº DE DE DE 2011

Dispõe sobre a criação da "SEMANA DE APOIO AO MENOR APRENDIZ" no município de Sorocaba e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 224/2011 DO EDIL BENEDITO DE JESUS OLERIANO

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta:

Art. 1º Fica instituída no município de Sorocaba, na primeira semana do mês de maio, a "Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz".

Art. 2º As ações a serem desenvolvidas durante a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz deverão constar do calendário oficial do Município.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rosa/





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº

“MUNICÍPIO DE SOROCABA” 21 DE OUTUBRO DE 2011 / Nº 1.498

FOLHA 01 DE 01

**LEI Nº 9.764,
DE 19 DE OUTUBRO DE 2 011.**

(Dispõe sobre a criação da “SEMANA DE APOIO AO MENOR APRENDIZ” no Município de Sorocaba e dá outras providências).

Projeto de Lei nº 224/2011 – autoria do Vereador BENEDITO DE JESUS OLERIANO.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Sorocaba, na primeira semana do mês de maio, a “Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz”.

Art. 2º As ações a serem desenvolvidas durante a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz deverão constar do calendário oficial do Município.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão

por conta de verba orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros, em 19 de Outubro de 2 011, 357º da Fundação de Sorocaba.

VITOR LIPPI
Prefeito Municipal

LUIZ ANGELO VERRONE QUILICI
Secretário de Negócios Jurídicos

PAULO FRANCISCO MENDES
Secretário de Governo e Relações Institucionais

JOSÉ AILTON RIBEIRO
Secretário de Planejamento e Gestão

EDITH MARIA GARBOGGINI DI GIORGI
Secretária da Juventude

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos
Oficiais, na data supra.

SOLANGE APARECIDA GEREVINI LLAMAS
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos
Oficiais

JUSTIFICATIVA

A falta de trabalho ao menor no país é um problema grave, pois sem trabalho o menor caminha de encontro às drogas, ao tráfico e ao crime.

Este projeto visa incentivar o trabalho a estes menores através da Lei do Aprendiz.

Precisamos frear esta onda de violência que envolve o menor. Este projeto, se aprovado, seria um importante instrumento para amenizar um pouco a situação dos menores aprendizes.

Peço aos Nobres Colegas a aprovação do presente projeto, que irá beneficiar muito aos menores aprendizes de nossa cidade.

S/S 25 de maio de 2011.

Benedito de Jesus Oleriano
Vereador





PREFEITURA DE SOROCABA

LEI Nº 9.764, DE 19 DE OUTUBRO DE 2 011.

(Dispõe sobre a criação da “SEMANA DE APOIO AO MENOR APRENDIZ” no Município de Sorocaba e dá outras providências).

Projeto de Lei nº 224/2011 – autoria do Vereador BENEDITO DE JESUS OLERIANO.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Sorocaba, na primeira semana do mês de maio, a “Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz”.

Art. 2º As ações a serem desenvolvidas durante a Semana Municipal de Apoio ao Menor Aprendiz deverão constar do calendário oficial do Município.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros, em 19 de Outubro de 2 011, 357º da Fundação de Sorocaba.

VITOR LIPPI
Prefeito Municipal

LUIZ ANGELO VERRONE QUILICI
Secretário de Negócios Jurídicos

PAULO FRANCISCO MENDES
Secretário de Governo e Relações Institucionais

JOSÉ AILTON RIBEIRO
Secretário de Planejamento e Gestão

EDITH MARIA GARBOGGINI DI GIORGI
Secretária da Juventude

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

SOLANGE APARECIDA GEREVINI LLAMAS
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais



Lei nº 9.764, de 19/10/2011 – fls. 2.

JUSTIFICATIVA

A falta de trabalho ao menor no país é um problema grave, pois sem trabalho o menor caminha de encontro às drogas, ao tráfico e ao crime.

Este projeto visa incentivar o trabalho a estes menores através da Lei do Aprendiz.

Precisamos frear esta onda de violência que envolve o menor.

Este projeto, se aprovado, seria um importante instrumento para amenizar um pouco a situação dos menores aprendizes.

Peço aos Nobres Colegas a aprovação do presente projeto, que irá beneficiar muito aos menores aprendizes de nossa cidade.

S/S 25 de maio de 2011.

**Benedito de Jesus Oleriano
Vereador**